



## MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt  
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

### **ACTA Nº.9/2005** **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA** **MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 22 DE** **ABRIL DE 2005**

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Borba reuniu extraordinariamente, pelas dez horas, com a presença dos senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Artur João Rebola Pombeiro, Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

#### **-----ORDEM DO DIA-----**

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 1 – Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais-----

Ponto 2 – Apresentação da Candidatura “Parque Desportivo de Borba – 3ª Fase – Relva Sintética do Campo de Futebol/Pistas Reduzidas de Atletismo” à CCDRA-----

Ponto 3 – Apresentação da Candidatura “3 Feira das Ervas Alimentares” ao Agrupamento Monte e à CCDRA-----

Ponto 4 – Alteração dos Estatutos da AMDE-----

Ponto 5 – Despesas de Representação do Pessoal Dirigente-----

#### **PONTO 1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE** **CONTAS: BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE** **RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL,** **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS---**

*Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, art.º.64º da Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado os documentos de prestação de contas e demais documentos relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transacto, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que seja submetido à apreciação e votação do Órgão Deliberativo. Será posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, art.º.64 do citado Diploma Legal.-----*

Verificou-se que os documentos em apreciação acusam nas "Operações Orçamentais" as **Receitas Orçamentais** de **6.885.269,23 €** e as **Despesas Orçamentais** de **6.885.365,14 €**. Em "**Operações de Tesouraria**", registou-se uma **ENTRADA DE FUNDOS** no montante de **784.445,04 €** e uma **SAÍDA DE FUNDOS** no montante de **773.397,77 €** e um **SALDO FINAL** de **133.982,94 €**. A **Demonstração de Resultados** apresenta um Resultado Líquido do Exercício de **(-535.268,54 €)** e o **Balanço** apresenta no Activo/Capital Próprio + Passivo o valor de **25.591.695,24 €**.-----

*O Sr. Presidente* começou por apresentar os documentos em apreciação, referindo que os assume politicamente, relativamente às actividades desenvolvidas, tendo em conta o Plano definido e as opções estratégicas conforme aparecem no documento os vários sectores de intervenção. No que se refere aos instrumentos de planeamento considera que tudo está muito bem, embora a questão do PDM esteja mais complicada por falta do parecer da REN (que espera que se resolva a curto prazo). No entanto, o Estudo Global da UNOR 2, o Plano de Pormenor do Alto dos Babelos estão aprovados e para publicação. Quanto ao PIER – Plano de Intervenção em Espaço Rural está, de certa forma, concluída a 1ª fase e vai realizar-se brevemente a 1ª reunião de acompanhamento. Mais uma vez, o Município de Borba vai ser pioneiro num Plano desta natureza. Relativamente ao Plano de Pormenor da Cerca e da Zona Norte da Vila estão a ser feitos pequenos acertos, tratando-se apenas de questões de pormenor. O projecto Urbanístico da ZH1 também está a avançar. No que se refere ao desenvolvimento económico deu-se continuidade à Feira do Queijo, Feira das Ervas Alimentares e Festa da Vinha e do Vinho e também a participação em diversas feiras temáticas. Há também o projecto do ninho de empresas que está praticamente concluído que se espera que traga vantagens para a instalação dos que têm mais dificuldades. Temos também o Programa FAME que foi de facto bem acolhido pelas empresas e está a ter bons resultados. Neste momento, existe a hipótese de tentar atrair empresas de mármore alternativas que se tem tornado uma situação cada vez mais complicada no que respeita ao aumento do desemprego. Continua

a realização de protocolos de descentralização com as Juntas de Freguesia, com as Colectividades e Associações do concelho de modo a descentralizar mais actividades para todas elas. No que se refere ao ambiente e qualidade de vida das populações, é visível a grande intervenção feita, quer ao nível das acções de educação ambiental, quer ao nível de melhoria de espaços verdes, nomeadamente o Parque Temático do Mármore, espaços verdes do Bairro 1º de Maio, espaços verdes dos diversos loteamentos municipais. Também a remodelação de Iluminação Pública, o abastecimento público de água, as ETAR's, cuja conclusão está prevista como resultante da adesão ao Sistema Multimunicipal de Águas, o protocolo com a REFER, são bons exemplos do trabalho desenvolvido. Também nas áreas da Educação, Cultura e Desporto tem havido uma grande preocupação. Nesta área é de salientar as grandes intervenções que estão previstas nas Escolas do 1º ciclo; o apoio ao nível de transportes para as escolas; a informatização das escolas; o espaço Internet; a colaboração com o IPJ no Programa Pira-te-já; os apoios às ZIP's; o regulamento do cartão social do idoso; o regulamento de apoio à conservação e beneficiação de casas de pessoas carenciadas. No que respeita à questão da saúde, embora se saiba que a maior parte dos problemas têm que ver com a ARS, optou-se pela questão do desbloqueamento do Centro de Saúde (que da parte da Câmara está tratado, espera-se agora que o Governo trate a parte que lhe compete). Também em relação ao trânsito e acessibilidades o estudo está concluído. O lançamento do concurso para a Estrada 508.4 – Beneficiação entre a EM 508 e Rio de Moinhos; as intervenções da Estrada 1042; a Estrada Barro Branco/Nora que está em estado avançado; os concursos para a execução das Vias V4 e V5, e V6 e V7 de acesso à área de deposição comum (ADC 3). No que se refere à localização estratégica da Zona dos Mármore é importante atrair empresas para o concelho resultante dessa localização estratégica que é beneficiada quer pelo eixo Lisboa/Europa, quer pela Ex-Rodoviária, quer pelo traçado do DGV que se espera que avance o mais rápido possível, daí a reivindicação da Câmara sobre o parque de logística. A execução das infraestruturas do Alto dos Bacelos vai permitir, em sua opinião, atrair empresas e demonstrar-lhes as grandes vantagens da sua localização em Borba. No que se refere à Modernização, a Câmara concorreu ao concurso de Modernização Administrativa. Espera-se que com a saída dos Serviços de Notariado e Registos Civil e Predial do Edifício dos Paços do Concelho se possa continuar com a modernização dos serviços e, nomeadamente, a questão do atendimento público, a adesão ao Projecto Évora Distrito Digital, tudo isto são passos importantes, não propriamente só para os serviços da Câmara, mas tudo se pode vir a reflectir no atendimento às populações e na melhoria da sua qualidade de vida. No que se refere à empresas Municipais, Intermunicipais e Multimunicipais o trabalho tem continuado na GESAMB, na EDC, como accionistas das Águas do Centro

Alentejo e espera-se que, a curto prazo, haja o envolvimento com empresas de natureza intermunicipal ou parcerias com entidades privadas que possam contribuir para melhorar os serviços da nossa terra. Relativamente à contabilidade e execução orçamental há diferentes formas de interpretar os números. Contudo não há dúvida nenhuma que em termos de execução no que diz respeito a receitas verifica-se uma taxa de execução de 52,7% do total previsto para o ano de 2004, e no que se refere à despesa verifica-se também um equilíbrio. Verifica-se também que existe relação entre as metas que foram traçadas no Plano Plurianual de Investimentos e aquilo que efectivamente se passou na realidade, ou seja, a maior fatia vai para as funções sociais e funções económicas, em que as sociais dizem respeito à educação, segurança, acção social, habitações e serviços colectivos, ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água, resíduos sólidos, protecção do meio ambiente, protecção de natureza de serviços culturais e religiosos). Em termos de funções económicas existe a energia, espaços industriais e iluminação pública, transportes e comunicações, trânsito, etc.). Verifica-se que em termos das Grandes Opções do Plano executou-se cerca de 30,5% do inicialmente previsto. Em relação às políticas contabilísticas, há ainda muita coisa para fazer e muita correcção a fazer. Vai ser lançado um concurso, no âmbito do FORAL, no sentido de tentar melhorar os serviços de modo que funcionem ainda com mais rigor, dando formação a todos os funcionários e implementar novas formas de trabalhar. Existem ainda algumas situações preocupantes: as receitas correntes que correspondem a 2.036.855,00 Euros, não chegam para pagar as despesas de pessoal que são de 2.627.000,00 Euros. Não são situações fáceis, sobretudo neste momento, em que começa a haver uma grande pressão por parte das pessoas desempregadas. Seria até importante tentar pressionar o Governo, no sentido de criar alguns mecanismos que possam proteger estas pessoas. No que se refere à evolução da situação económica e financeira, sabe-se que a época é de crise, as dificuldades são grandes e em todo o lado a gestão não tem sido tarefa fácil, como certamente não será para nenhuma autarquia. Em relação a receitas correntes, despesas correntes, receitas de capital e despesas de capital verifica-se que ao longo deste mandato tem havido, mais ou menos, equilíbrio. O ano mais desequilibrado foi, efectivamente, o ano de 2002, enquanto que em 2004 já se verifica que as despesas correntes são ligeiramente superiores às despesas correntes – isto é um dado importante. Em termos de demonstração de resultados verifica-se que há um valor de menos 535.268,54 Euros, e o que deu origem a isto foi o arranjo dos caminhos de acesso à UNOR 2 e a recolha de resíduos sólidos urbanos. Esta questão dos resíduos sólidos urbanos é uma situação extremamente preocupante, porque cobra-se de resíduos sólidos cerca de 75 mil euros e paga-se ao sistema cerca de 200 e tal mil euros.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que não faz considerações técnicas sobre os documentos porque o tempo que teve para os analisar não permite fazê-lo. No entanto, politicamente não deixará de os avaliar. Por aquilo que ouviu do Sr. Presidente, ele assumiu não só o documento, tal com o disse, mas também o resultado que nele está expresso. Pode então dizer que este resultado deixa muitas interrogações quanto ao futuro. Do ponto de vista orçamental, no que diz respeito às receitas, verifica-se que existe um enorme desvio entre aquilo que são as previsões e aquilo que são as taxas de execução. Mas isto é muito importante porque, efectivamente, entre aquilo que é previsto e aquilo que é executado, pode efectivamente melhorar, e muito, a forma de gestão. A CDU sempre tem dito e continua a dizer, em todas as aprovações de Planos de Actividades e Orçamentos e PPI, que aquilo que é previsto não poderá nunca ser executado. 1º porque, financeiramente, a Câmara não teria possibilidades de o satisfazer, e, 2º porque as dinâmicas do executivo não lhe permitiriam também atingir esse objectivo.-----

Assim, a análise que os vereadores eleitos pela CDU fazem é a seguinte: Relativamente à execução da política orçamental, o orçamento apresentado para o ano de 2004 apresenta: -----

*Na Previsão:*-----

|   |   |
|---|---|
| <b>Receita Corrente -- 4.526.400,00 €</b>   | <b>Despesa Corrente ----- 4.563.770,17 €--</b>    |
| <b>Receita de Capital – 8. 537 620,17€</b>  | <b>Despesa de Capital ----- 8. 500.250,00 € -</b> |
| <b>Total da Receita ---- 13.064.020,17€</b> | <b>Total da Despesa ---- 13.064.020,17 €---</b>   |

*Na Execução:*-----

|   |  |
|---|--|
| <b>Receita Corrente ----- 3.880.381,27 €</b>  | <b>Despesa Corrente ----- 3.871.521,79 €----</b> |
| <b>Receita de Capital -----3.004.887,96 €</b> | <b>Despesa de Capital --- 3.013.843,35 €----</b> |
| <b>Total da Receita ---- 6.885.269,23 €</b>   | <b>Total da Despesa ----- 6.885.365,14 €----</b> |

Da análise dos dados, constatamos que a execução total da receita se cifra em 52,7% , se atendermos a que dessa receita a receita corrente atinge no orçamento total da receita um peso de aproximadamente – 54% quando era previsto 34,5 % e que a receita de capital se cifra nos 43,6 % e não nos 65, 5% previstos inicialmente, concluimos que se tratou de uma gestão corrente e não de uma política de investimentos devidamente estruturada, pois a não captação da receita condicionaria toda a actividade, nada que não tivesse sido alertado na aprovação do orçamento.-----

Podemos ainda dizer que as receitas que mais cresceram relativamente a 2003 são os impostos directos (28%), em virtude da aplicação da taxa máxima no IMI, bem como a rubrica dos impostos indirectos (100%) (taxas aplicadas ao sector produtivo) e ainda a venda de bens e serviços correntes (23%) rubrica por onde se recebe a cobrança da água entre outras.-----

Conclui-se assim que a receita cresceu com o sacrifício e o emagrecimento da bolsa dos borbenses.-----

Da análise dos valores percebemos facilmente que a falta de dinamismo na execução das obras já aprovadas, homologadas e em execução bem como o

atraso no lançamento de novas obras com apoio comunitário não permitiu realizar as receitas previstas de Fundos Comunitários.-----

Para ter taxa de execução não basta apresentar candidatura é preciso executar a obra mas, para isso, é necessário planeamento, rigor na definição de prioridades e disponibilidade financeira o que parece não existir e agravar-se com o cada vez maior número de intenções sem concretização e sem planeamento.-----

Também as vendas de bens de investimento ficaram muito aquém do que era previsto pois, para além da conjuntura económica difícil que se atravessa, os exagerados aumentos da Câmara Municipal no preço dos terrenos não permite um maior desempenho. -----

*Uma análise mais cuidada da estruturação da receita demonstra-nos que:-*

Apesar dos fortes aumentos nas taxas e tarifas existentes e com a criação de novas taxas e tarifas a preços elevados a dificuldade estrutural mantém-se. Que medidas inovadoras vão ser tomadas, ou vamos continuar a apostar no aumento de taxas e tarifas como tem sido feito nestes três últimos anos?----

Ex: Licenças de Obras – água – Ex-Contribuição Autárquica, etc.-----

*No que diz respeito à Despesa os dados permitem-nos concluir:-----*

- Despesa corrente atingiu o valor de 3.871.521,79 € (84,83 %) do previsto inicialmente e a despesa de capital atingiu 3.013.843,35 € (35,46%) do previsto.-----

Daqui mais uma vez entendemos ser necessário referir que só com outra dinâmica é possível obter melhores resultados pois a falta de dinamismo na conclusão das obras com apoio comunitário e os sucessivos atrasos no lançamento de novas obras não permite recuperar, pois para se obter receitas de Capital tem que haver dinamismo no investimento o que não está a ser conseguido nestes três últimos anos.-----

Quando as realizações não aparecem é natural, que por quebra de despesas de capital e sem redução nas despesas correntes, que a situação financeira da autarquias se agrave ao mesmo tempo que estruturalmente as despesas correntes passam a ter um peso elevado na globalidade do orçamento.-----

Assim temos que o peso das despesas correntes inicialmente previsto era de 34,9%, mas o que se veio a verificar no final é que o peso passou para 56,2% enquanto que as despesas de capital inicialmente correspondiam a 65,1% e no final representam 43,8 %, invertendo-se completamente a lógica do inicialmente previsto.-----

*Porque é que isto acontece?-----*

deveria ser dada explicação no relatório bem como das medidas a implementar para inverter a situação.-----

Dentro das despesas e com a panorâmica apresentada as despesas com pessoal apresentam um peso orçamental da ordem dos 38,7 % que somados com 14,2% de aquisições de serviços representa cerca de 53% do orçamento executado, situação a merecer reparo e tratamento.-----

*Perguntamos mais uma vez o que vai ser feito ?-----*

Concluimos assim no que diz respeito à gestão orçamental a mesma caracterizou-se pela falta de rigor e pelo improvisado (14 alterações orçamentais e uma revisão), e pouco cuidada no que diz respeito à execução da despesa, não foram tomadas medidas, ou pelo menos não se fizeram sentir, para minimizar os impactes provenientes da falta de despesas de investimento e da incapacidade de gerar receitas de capital.-----

Chegamos assim a uma situação em que a “máquina “ absorveu 56 % dos recursos disponíveis e não conseguiu eficácia e eficiência na realização de despesa que lhe permitisse melhorar os desempenhos e ir mais longe na captação de receitas de capital provenientes do QCA, por contrapartida de trabalhos realizados.-----

*Relativamente à Situação Económica e Financeira da Autarquia –* No início de 2003 a dívida a fornecedores apresentava um valor de 803.270,36 € apesar de ter sido contraído um empréstimo de 500 mil € para pagamento a fornecedores e de a Câmara ter recebido de forma Extraordinária a importância de aproximadamente um milhão de euros em venda e expropriação de terrenos provenientes do mandato anterior.-----

No final do presente ano o panorama que se apresenta é o seguinte:-----

Dívidas a fornecedores C/C-1 593 102 € quando em 2002 era de 803 270 € pelo que se agravou 789 832€ – 98,3%.-----

Dívida à Banca – No início do ano de 2002 – A Câmara Municipal devia à banca 2.215.116, 93 € de empréstimos de médio e longo prazo, no final desse ano devia 3.390.299,56 € e no final de 2003 devia 3.090.970 €. A dívida à banca aumentou nestes 3 anos de 2.215.116,93 € para 3.071.895 € ou seja 856 779 € ou seja mais 38,7 % .-----

Relativamente à Contratação Administrativa – No que diz respeito a contratos a dívida é de – 1.900.470,32 €.-----

Assim o total da dívida ascende hoje a: 6.565.467,32 € enquanto em 2003 se situava nos 5.495.677,90 € pelo que podemos dizer que num ano apenas a dívida cresceu 1.069.789,42 € , ou seja 2.931 Euros por dia.-----

*Relatório de Actividades:-----*

Relativamente à execução do PPI a mesma, face à conta apresentada, não poderia ser melhor, pois situa-se nos 30% de execução, o que é bastante pouco para quem tudo prometeu.-----

Dos 8.464.145,00 Euros previstos executaram-se 2.574.942,99 Euros.-----

Certo que “dar e prometer não pode ser” pelo menos que não se continue a prometer o que à partida se sabe não poder cumprir e a fazer aprovar orçamentos demagógicos e virtuais.-----

Em 2002, 2003 e 2004 durante a aprovação do Plano e Orçamento os eleitos da CDU votaram contra e uma das razões invocadas foi a falta de rigor apresentada nos documentos.-----

A introdução do POCAL nas autarquias pretendia levá-las a melhoria de procedimentos e ao maior rigor, não parece ter tido resultados em Borba.---  
A falta de dinamismo dos eleitos em maioria para concluir as obras em execução que se arrastam há três anos, a falta de iniciativa e atrasos no lançamento de novas obras, a falta de acompanhamento nos diversos sectores de actividade da Câmara e o improvisado por falta de preparação das decisões, tem contribuído e muito para a actual situação que é preocupante e tende a agravar-se se não forem tomadas medidas oportunas.-----

A pressa sentida no final de 2004 e início de 2005 para lançar tudo o que é concurso, sem qualquer prioridade, sem qualquer planeamento e sem sustentabilidade financeira, a corrida apressada para apresentar trabalho para as eleições vai ter um preço muito elevado, na credibilidade do município e repercussões muito negativas a curto prazo resultantes de um endividamento, excessivo e de curto prazo, à custa dos fornecedores, em que os aumentos nas taxas e tarifas bem como nos impostos não irão suportar, ou os borbenses não poderão suportá-los.-----

*Um breve Balanço da Actividade desenvolvida:-----*

Edifícios – 42% Execução – 3 projectos sem execução-----

Maquinaria e equipamento – 33,8 % execução – 4 projectos sem execução-----

Outros serviços gerais – 30% execução – 1 projecto sem execução-----

Protecção civil e luta contra incêndios – 36,6% - 2 projectos sem execução-----

Ensino não superior – Remodelação de edifícios escolares - 0% -----

Acção social – 12,09% - 6 projectos sem execução-----

Habitação e serviços colectivos – 26,8 % - 1 projecto sem execução-----

Ordenamento do território – 3,22 % - 7 projectos sem execução-----

Reabilitação Urbana e Rural – 21% - 6 projectos sem execução-----

Saneamento – 10,5 % execução – 4 projectos sem execução-----

Abastecimento de água – 24,2% - 1 projecto sem execução-----

Resíduos sólidos – 69,37 % - todos os projectos implementados-----

Protecção do meio ambiente – 7,22 % - 5 projectos sem execução-----

Cultura – 15,49% - 8 projectos sem execução-----

Desporto, recreio e lazer – 25% - 11 projectos sem execução-----

Espaços Industriais – 23,75% - 5 projectos sem execução-----

Iluminação pública – 64,8 %-----

Gestão de Trânsito – 66% - 2 projectos sem execução-----

Vias , arruamentos e parques de estacionamento – 32,0% - 7 projectos sem execução-----

Mercados e Feiras – 34%-----

Turismo – 45,3 % - 4 projectos sem execução-----

Transferências correntes para as Juntas – 99%-----

Transferências de capital para as Juntas – 22%-----

O Plano apresenta 78 projectos sem qualquer execução (quase 50%) e muitos projectos com execução abaixo dos mil euros.-----

A fraca execução do PPI, a execução sem qualquer critério e o evoluir crescente e sem controlo do endividamento são razões de sobra para que os eleitos da CDU votem contra os documentos apresentados.-----

-----  
*Usou da palavra o Sr. Presidente e, relativamente ao que foi dito pelo vereador Joaquim Serra quando este refere que: “o total da dívida ascende hoje a: 6.565.467,32 € enquanto em 2003 se situava nos 5.495.677,90 pelo que podemos dizer que num ano apenas a dívida cresceu 1.069.789,42 € , ou seja 2.931 € por dia.”, apenas comentou: “6.565.467,32 € na moeda antiga traduz-se em um milhão e duzentos mil contos. Um milhão e trezentos mil contos foram os dados apurados pela Auditoria em Janeiro de 2002. Se forem tidas em conta todas as obras feitas com a dívida que se mantém – pode então dizer-se que isto é de facto gerir, aliás isto é a promessa que eu fiz quando disse que me comprometia a manter a dívida ou a aumentá-la com as obras que ia fazer. Por isso cá está o resultado, isto é, a dívida ainda é inferior àquela que encontrei mas, certamente, vai ser superior porque as obras não vão parar.”-----*

*Entretanto usou da palavra o vereador Humberto Ratado referindo: “não esperava outro tipo de análise por parte dos eleitos da CDU, a não ser a que acabou de ser feita, pois enquanto oposição apenas se vê a parte negativa. Contudo, há casos que se deveria ver também a parte positiva. Estamos perante uma análise política, em que cada um tem as suas opções, como é óbvio. Os eleitos da CDU fizeram a sua análise que, de acordo com a sua opção política, foi uma análise positiva. Entendo, porém, que as coisas não estão tão dramáticas como o vereador Joaquim Serra referiu. Quando o vereador Joaquim Serra refere que a receita que mais subiu foram os impostos directos e que estamos a ir ao bolso dos contribuintes, entendo que não se pode fazer uma análise desta forma, pois o vereador Joaquim Serra sabe muito bem que as receitas têm que vir de algum lado. O que é certo também é que estamos a ir à porta e às necessidades dos munícipes porque muitas das suas necessidades, que foram detectadas durante este mandato, algumas já estão colmatadas, e outras estão em vias de o ser. O vereador Joaquim Serra fez referência à questão dos Fundos Comunitários (projectos que se arrastam há muito tempo) só que esqueceu-se de fazer referência que cerca de um milhão de euros recebidos são referentes a obras, não havendo nenhuma receita que diga respeito nem à Festa do Vinho nem a outras Festas – por isso quando o vereador Serra diz que há falta de dinamismo não é isso que está espelhado pelas receitas que vêm da CCDRA e estamos a falar de 70%. Também quando o vereador Joaquim Serra refere que é necessário outra dinâmica para ser possível atingir novos valores, não se referiu a que tipo de valores, se mais positivos ou mais negativos, certamente também depende das políticas implementadas, mas,*

parece mais uma frase, tal como outras que referiu, de campanha eleitoral. Quando se refere à questão dos custos com pessoal, só quero dizer-lhe que os Fundos que nos são atribuídos não chegam para as despesas com pessoal e é necessário ir buscar pelo menos 30% às receitas correntes e, este ano, conseguiu-se ter receitas correntes acima das despesas correntes e, ao contrário do que o Senhor vereador Joaquim Serra diz, nada é de improvisado e sem qualquer prioridade, as coisas caminham sim para um equilíbrio. As alterações que foram feitas ao Orçamento e PPI, revelam a preocupação do executivo em ver ao longo do tempo os seus objectivos e as suas prioridades. Desde o início deste mandato que foi feito um levantamento de necessidades que se encontrou no município e, neste momento, há cerca de 40 a 50% de execução. Contudo, também é importante realçar que há obras que estão a ser executadas em detrimento de algumas que não foram tão prioritárias porque não temos capacidade para executá-las todas. Quando o vereador Joaquim Serra fala de dívidas à banca, esqueceu-se que fizeram-se dois empréstimos e que um foi para pagamento das dívidas do executivo anterior e outro para investir, não fomos ao bolso das pessoas mas à porta das pessoas verificar e colmatar necessidades. Ainda quanto à questão dos objectivos, quando o vereador Joaquim Serra fala que inicialmente a despesa estava prevista para investimentos, é verdade. Acontece, que não o foi pelos números que aparecem em termos de execução mas, de qualquer das formas, em termos de investimento talvez um milhão e tal de dívidas que aparecem, a maior parte é de investimento que já está feito em prol do desenvolvimento do município, mas como não está pago não pode aparecer como taxa de execução. Daí o investimento não se ter resumido aos 30%, mas a muito mais. Queria apenas reforçar que, tal como o Sr. Presidente disse, a dívida ainda está abaixo da que encontramos quando se iniciou este mandato e, o que é certo é que há obras feitas, e há muitos exemplos disso.- Ao longo de toda a análise e discussão, o vereador Joaquim Serra fala de inactividade, fala de muita coisa negativa e isso não diz respeito à realidade, pois sabe muito bem que ter desenvolvimento económico, cultural e social a nível do município, que vai de encontro às Feiras promocionais, tais como a Feira do Queijo, a Feira das Ervas Alimentares e a Festa da Vinha e do Vinho, é um bom exemplo da política de descentralização de desenvolvimento económico, cultural e social adoptada por este novo executivo. Se assim não o entendem, ou mesmo que o entendam não interessa referir porque é positivo e mais vale referir as coisas negativas. Quando o vereador Joaquim Serra aponta a questão da água ter um custo elevado, é de salientar que não é a água propriamente que está cara, são sim as taxas que lhe estão imputadas que fazem aumentar o valor da factura e, tal como disse o Sr. Presidente, pagaram-se cerca de 240 e tal mil euros só para resíduos sólidos quando se receberam apenas 70 e tal mil, daí terem que ser tomadas medidas futuras porque esta é uma

questão preocupante, tal como é preocupante a questão do pessoal. Ainda relativamente à questão da água, queria apenas deixar expresso que o Município de Borba está de parabéns por ter aderido ao Sistema Multimunicipal, em que as obras estão a avançar e, pelo conhecimento que tenho, o Sistema Intermunicipal não está ainda nestes patamares.-----

*Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro* referindo: “tendo em conta que a intervenção do vereador Humberto Ratado se reportou praticamente a todas as áreas, pouco espaço me deixou para intervir. Contudo não vou deixar de referir que as contas são aquilo que todos sabem e cada um manifesta a ideia que entende mas, é evidente que, os procedimentos em termos de obras e em termos de gestão da CDU não são iguais aos do Partido Socialista. Relativamente ao percurso deste mandato, temos todos que admitir que há obras feitas e, a realidade é que Borba tem outra “cara”. Os eleitos em maioria assumem os encargos assumidos e não pagos como dívida e não é este o ponto de vista dos eleitos da CDU. Contudo, quando há pouco se focou que a Câmara vai ao “bolso da população”, se o vereador Joaquim Serra estivesse neste lugar teria que tomar medidas, tal como esta Câmara vai ter que tomar e, de maneira nenhuma rejeitamos essa responsabilidade. Sublinho apenas que muita obra está feita, outras se farão e o que efectivamente está feito é um novo rosto e outra cara para Borba.---

Depois de analisados e discutidos os documentos o Sr. Presidente colocou a proposta à votação. Assim, e tendo em conta a alínea e) do artº. 64º do citado Diploma Legal, **a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra aprovar os Documentos de Prestação de Contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Foi ainda deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, aprovar o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.**-----

**Votaram a favor o Sr. Presidente Ângelo João Guarda Verdades de Sá e senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado e Artur João Rebola Pombeiro. Votaram contra os senhores vereadores Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão pelos motivos invocados ao longo da análise e discussão dos documentos.**-----

Os referidos documentos ficarão arquivados em pasta anexa.-----

## **PONTO 2 – APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA “PARQUE DESPORTIVO DE BORBA – 3ª FASE – RELVA SINTÉTICA DO CAMPO DE FUTEBOL/PISTAS REDUZIDAS DE ATLETISMO” À CCDRA**-----

Para efeitos de aprovação a Câmara Municipal propõe apresentar a candidatura “Parque Desportivo de Borba – 3ª Fase – Relva Sintética do Campo de Futebol/Pistas Reduzidas de Atletismo” à CCDRA, no âmbito do PORA, cujo valor é de 608.855,38 Euros, incluindo IVA à taxa legal em vigor. Propõe-se ainda que a forma de execução da obra seja por empreitada.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, apresentar a referida candidatura à CCDRA, no âmbito do PORA. Foi ainda deliberado, por unanimidade, executar a obra por empreitada.-----

### **PONTO 3 – APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA “3ª FEIRA DAS ERVAS ALIMENTARES” AO AGRUPAMENTO MONTE, E À CCDRA-----**

Para efeitos de aprovação a Câmara Municipal propõe apresentar a candidatura “3ª Feira das Ervas Alimentares” ao Agrupamento Monte no âmbito do Programa Leader +, cujo valor é de 17.891,00 com IVA incluído, e à CCRA, no âmbito do PORA, cujo valor é de 35.217,23 Euros, com IVA incluído -----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

### **PONTO 4 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMDE---**

Previamente distribuída por todo o executivo, esteve presente a Alteração dos Estatutos da AMDE uma vez que, por lapso dos serviços, o texto dos Estatutos anteriormente aprovados quer pela Câmara Municipal de Borba, quer pela Assembleia Municipal de Borba, apresenta pequenas diferenças relativamente aos aprovados pelos restantes municípios associados. Assim, propõe-se a aprovação da referida Alteração dos Estatutos da AMDE e que a mesma seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a Alteração dos Estatutos da AMDE e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, conforme estipulado na alínea a) do nº.6 do artigo 64º. da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

O referido documento, aprovado e rubricado por todos os presentes, ficará arquivado em pasta anexa.-----

### **PONTO 5 – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DO PESSOAL DIRIGENTE-----**

